



A educação guarani e a escola: o desafio de educar para a vida

Kércia Priscilla Figueiredo Peixoto¹

Silvia Maria de Oliveira²

Resumo: O presente artigo apresenta uma breve diferenciação entre educação indígena e educação escolar indígena, de modo a contextualizar a escola nas aldeias guarani no Estado de Santa Catarina, bem como sua interferência no modo de ser Guarani. Também são identificados projetos de formação de professores indígenas que visam proporcionar uma educação de acordo com princípios da própria cultura, como: a Ação Saberes Indígenas na Escola e a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina. Os acadêmicos Guarani, da referida Licenciatura Intercultural, realizaram um de seus estágios obrigatórios em turmas dos anos finais do ensino fundamental nas escolas de suas aldeias. Formulando projetos interdisciplinares, com temáticas por eles escolhidas, os estudantes conduziram suas aulas valorizando a própria cultura. Durante a elaboração e execução dos projetos de estágio, emergiram dificuldades em decorrência do encontro de saberes: articular saberes tradicionais aos conteúdos escolares convencionais demonstrou ser um desafio. Ampliar conhecimentos para além dos já desenvolvidos nas aldeias se constituiu tarefa árdua, como também a necessidade de suscitar o interesse de alunos adolescentes pela cultura guarani. Tais desafios remeteram aos acadêmicos o questionamento: “afinal para que queremos a escola?”, lançando assim um convite ao exercício de refletir sobre práticas de educação intercultural.

Palavras-chave: Educação Guarani; Educação Intercultural; Escola Guarani; Estágio Docência.

¹ Professora da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica – UFSC. Doutora em Ciências Sociais – UFPA. Pós-doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) – UFSC. Integrante do Núcleo MOVER Educação Intercultural e Movimentos Sociais – UFSC. E:mail: kericiapris@gmail.com

² Professora da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica – UFSC. Mestre em Educação – UFSC. E:mail: silviaolive@gmail.com

Introdução

“A educação guarani é uma educação para a vida”. Essa afirmação sintetiza o sentido da educação para o povo Guarani, bem como suas formas de educar. É uma expressão marcante e frequentemente citada pelos acadêmicos dessa etnia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Considerando a particularidade do povo Guarani, de educar para a vida em estreita relação com o mundo espiritual, esse artigo traz relatos de acadêmicos guarani do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, da UFSC, e seus desafios ao desenvolverem projetos interdisciplinares e interculturais de estágio docência.

Este trabalho pretende relatar o quão instigante foi a experiência de formulação e desenvolvimento desses projetos, realizados por cada um dos dezessete discentes da turma Guarani durante o segundo semestre de 2018. O estágio obrigatório ocorreu nos anos finais do ensino fundamental, nas mesmas turmas em que os acadêmicos haviam escolhido para perfazer vinte horas de estágio-observação no decurso do primeiro semestre desse mesmo ano.

Considerando os dados apresentados nesta introdução, o artigo está organizado em quatro tópicos. O primeiro, aborda a diferença entre educação indígena e educação escolar indígena, enquanto o segundo tópico contextualiza a educação escolar guarani, levando em consideração a histórica resistência à entrada de escolas em suas aldeias até a recente aceitação, com sua subsequente enunciação de como deveriam ser tais escolas.

O propósito de formar professores indígenas enfatizando a valorização de suas culturas próprias, tem sido reforçada pela Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC e pela Ação Saberes Indígenas na Escola (implementada pela UFSC em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina). Assim, o terceiro tópico explicita essas duas iniciativas como incentivadoras de um ensino que tome por base elementos intrínsecos das culturas indígenas.

Por fim, o quarto tópico traça um panorama das dificuldades apresentadas e das potencialidades a serem exploradas nos anos finais do ensino fundamental, partindo de elementos que englobam esse período de maneira geral, com foco na educação escolar indígena. Considerando as escolas guarani, especialmente, aquelas onde ocorreram os estágios docência, há maior detalhamento das práticas e desafios expressados durante a formulação e a aplicação dos projetos.

A educação indígena e a educação escolar indígena

O alicerce da educação indígena é a formação da pessoa como sujeito pertencente a um povo, com princípios e valores herdados dos seus ancestrais, dentro de uma estreita ligação com o mundo espiritual, em íntima relação com todas as formas de vida existentes no território. Conforme registrou Bartomeu Melià (1979), a educação indígena é contínua, permanente e livre, pois é baseada na prática, no “aprender fazendo”. Assim, o indígena é ensinado pelo seu grupo, sobretudo através da oralidade, da informalidade e da permanência, respeitando, na totalidade, cada fase do amadurecimento da pessoa.

Daniel Munduruku (2009) explica que, para os povos indígenas, educar é dar sentido, é deixar cada fase da vida seguir o seu curso de forma completa. Ele diz que a educação tradicional dos povos indígenas está apoiada no tripé corpo, mente e espírito. Como exemplo, afirma que jamais se pergunta a uma criança indígena o que vai ser quando crescer, porque ela já está sendo, aprendendo na totalidade do seu momento radicalmente criança. Nesse sentido, Munduruku (2009, s/p) argumenta que dar educação é dar presente, é permitir que a pessoa viva intensamente o seu momento: “Educar é, portanto, envolver. É revelar. É significar. É mostrar os sentidos da existência. É dar presente. E não acaba quando a pessoa se ‘forma’. Não existe formatura. Quem vive o presente está sempre em processo”.

Eunice Antunes, liderança conhecida por Kerexu, expressa a forma como ocorria a educação guarani:

Os ensinamentos eram repassados na oralidade, o ensino começava por imitações e treinamento, a avaliação era o sentimento de cada um. A partir do momento que aprendia, o indivíduo se auto avaliava e passava a praticar o conhecimento e a sabedoria guarani adquirida (ANTUNES 2016, p. 10).

Essas palavras revelam o quanto educação guarani forma integralmente a pessoa, pois liga conhecimento e sentimento. Melià (1979, p. 18) afirma que “todo filho que nasce cai num chão cultural” e considera que o escopo da educação indígena é tornar este filho um autêntico representante de sua própria cultura, integrando-o às normas, à ordem religiosa e simbólica e às tradições do grupo ao qual pertence. A partir dessa formação, do indivíduo como filho, está a possibilidade de auto-realização e até mesmo de

inovação. Mas não se trata de uma inovação qualquer, e sim de uma inovação coerente com as tradições herdadas dos seus ancestrais.

Para o educador Gersem Baniwa (2006, p. 136),

Cada povo indígena projeta e deseja para si um tipo de alteridade, o que se confunde com a constituição da pessoa, a sua construção e o seu ideal. O ideal de vida de um indivíduo tem a ver com o que é bom para ele e para o seu povo. Ser um bom xavante, um bom guarani, um bom baniwa é o objetivo que guia a ação pedagógica xavante, guarani e baniwa.

“Ser um bom” traz em si os elementos constitutivos da pessoa em totalidade, carregando consigo suas ancestralidades nos modos de ser e viver. Assim, o autor identifica quatro elementos que fundamentam a cultura e que se relacionam na prática pedagógica, quais sejam: o território, a língua, a economia e o parentesco. Importa dizer que, na cultura ocidental, a educação é associada intrinsecamente ao elemento escola. Segundo Carlos Rodrigues Brandão (2007), não existe uma única forma ou modelo de educação e a escola não é o único e nem talvez o melhor lugar onde ela acontece, não sendo o ensino escolar a única prática e nem o professor o único praticante. Toda essa explicação para afirmar que “Em mundos diversos a educação existe diferente” (BRANDÃO, 2007, p. 9).

Deste modo, faz-se necessário enfatizar que a educação indígena é diferente da educação escolar indígena. Baniwa (2006, p. 136) resume:

A educação indígena refere-se aos processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas, enquanto a educação escolar indígena diz respeito aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não-indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos povos colonizadores.

Sem citar o termo interculturalidade, o autor já o exprime na combinação entre conhecimentos diversos. O caderno “Política da Secretaria de Estado da Educação de Educação Escolar Indígena” (2018, p. 24), produzido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, conceitua que:

A Educação Escolar Indígena é uma forma sistemática e específica de implementar a escola entre as comunidades indígenas de maneira que, a partir das

formas de construção do conhecimento propriamente indígena, possa se ter acesso aos outros conhecimentos sistematizados pela escola nos conteúdos curriculares, e que, por sua vez, pressupõe o uso da escrita, além de articulá-los de maneira reflexiva ao contexto sociocultural indígena.

Essa definição também considera a interculturalidade, explicitando que “não é uma questão nem de incorporação por parte dos indígenas dos conhecimentos da sociedade não indígena e nem tampouco de adaptação dos conhecimentos da sociedade não indígena ao contexto sociocultural indígena, mas sim de construção conjunta de um saber intercultural” (SED/SC, 2018, p. 24). As palavras usadas nesta declaração parecem harmoniosas e sua execução, à primeira vista, não aparenta trazer dificuldades, dado o grau de complementaridade proposta e de aliança entre saberes. Contudo, o exercício de aplicação de uma educação verdadeiramente intercultural é bastante complexo.

É grande a multiplicidade que entremeia os caminhos da interculturalidade, ainda mais quando se trata de alinhar duas formas distintas de educar: a indígena e a não indígena. A escola é o cenário onde ocorre o encontro entre essas duas formas. Contudo, esse encontro não costuma ser livre de conflitos, dado o grau de contraste entre as culturas. O modelo pedagógico curricular, desenhado pelas instituições públicas responsáveis pela educação, não se adequa aos modos de ensino e aprendizagem indígenas, pois geralmente não considera as especificidades culturais dos distintos povos. Por sua vez, os indígenas se colocam como autores de suas próprias maneiras de educar ao atuarem como professores das escolas de suas aldeias e ao elaborarem projetos político pedagógicos que respeitem seus calendários e seus modos de ser.

A educação guarani e a escola em Santa Catarina

Nhandereko é o modo de viver guarani e começar esse tópico falando disso é fundamental, pois para o povo Guarani a educação está intrinsecamente ligada à própria cultura. Assim, o ato de educar e de ser educado para poder se tornar um bom guarani é permanente. Para os Guarani, a vida terrena se dá em íntima relação com a vida espiritual. Deste modo, a educação prioriza o cuidado com as pessoas, com a vida e com o ambiente.

A educação guarani preserva e incentiva a valorização da própria cultura, sendo a casa de reza, a *opy*, a primeira e mais importante “escola” para esse povo. As pessoas mais

velhas são consideradas sábias, os homens, quando alcançam essa fase, são chamados *xeramõi* e, as mulheres, *xejaryi*. O *xeramõi* Timoteo Oliveira, também conhecido por *Karai Tataendy*, explica como a casa de reza é primordial para o aprendizado do modo de ser e viver:

Primeiramente, nós criamos a nossa aldeia, começamos aqui. Agora vamos fazer uma Opy (casa de rezas). É pra sair teko anhentengua, o nosso costume mesmo, certo. A nossa cultura vai começar aqui. Nós vamos levar a cultura Guarani, através da casa da reza e da Opy. Essa é a nossa escola, pra aprender como é que nós vamos viver, como é que nós vamos ensinar as crianças e os adultos. Só através de Nhanderu é que nós sabemos (CTI, 2015, p. 76).

Sendo *Nhanderu* o criador de todas as coisas, a cosmologia guarani parte das diversas manifestações dessa divindade maior: “nós, povo Guarani, vimos transmitindo a nossa história desde o início do mundo, quando *Nhanderu* nos criou para vivermos aqui na Terra” (ASIE, 2018, p. 28). A educação guarani reflete a simbologia de criação da terra e os seres que nela habitam. Os Guarani dialogam com o mundo dos espíritos através de rituais, cantos e danças. Os métodos de ensino e aprendizagem guarani se relacionam diretamente com a vida e é assim que eles querem que sua educação escolar seja:

A cultura, o sistema, a tradição, o modo de viver Guarani (denominado *nhande reko*) extrapola o que entendemos por saber indígena, pois compreende um conjunto de conhecimentos, valores, costumes e condutas que têm continuidade ao longo do tempo porque se acredita neles, porque se acredita que por meio deles se é mais honesto e se é mais útil ao bem viver da comunidade, à harmonia entre o sagrado e o humano, ao respeito pela terra e pelas águas. São esses saberes indígenas que os Guarani em suas casas de reza, suas *opy*, aqueles que querem que também sejam ensinados em suas escolas, com ações nos tempos e nos espaços Guarani por meio das quais se faça o viver Guarani, se fale em Guarani, se situa e se aprenda em articulação com as realidades circundantes, do tempo presente (ASIE, 2018, p. 15).

A preocupação em preservar a cultura foi um dos principais fatores de resistência do povo Guarani em relação à entrada das escolas em suas comunidades. Após quase meio milênio de contato, os Guarani de Santa Catarina continuavam evitando a educação escolar em suas aldeias. No ano de 2001, durante o I Encontro de Educação Escolar

Guarani da Região Litoral Sul, foi produzido um documento que informava que deveria ser respeitada a decisão daquelas comunidades que não queriam escola. Naquele momento, não era consoante a aceitação da escola em todas as aldeias.

No referido documento, os motivos pelos quais eles queriam a escola estavam ligados à valorização da própria cultura, como a alfabetização em língua materna para assim escrever e manter a história do povo, entre outros. Dentre as razões para não querer a escola, por considerá-la materialista, “voltada para o dinheiro”, havia o temor de mudança da mentalidade dos jovens que, na cultura guarani, são educados com respeito para terem um bom comportamento. De todo modo, ao final do texto, anunciam que esperam que a escola conscientize e valorize a cultura, possibilitando a inserção dos mais velhos como professores.

Aqueles que sustentavam aversão à entrada da escola percebiam o quanto ela servia como elemento ameaçador à própria cultura. Entendimento que vai ao encontro de Brandão (2007, p. 9):

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade [...] Por isso mesmo — e os índios sabiam — a educação do colonizador, que contém o saber de seu modo de vida e ajuda a confirmar a aparente legalidade de seus atos de domínio, na verdade não serve para ser a educação do colonizado.

Na primeira década dos anos 2000, rapidamente, escolas foram construídas em várias aldeias guarani, respondendo à política do Estado de Santa Catarina que fomentava a educação diferenciada com a intenção de matricular todas as crianças indígenas. Enquanto algumas edificações estavam em harmonia com o ambiente guarani, as arquiteturas curriculares conflitavam com o seu modo de vida, sendo empreendidos esforços para a elaboração de projetos políticos pedagógicos condizentes com as necessidades das comunidades. No entanto, segundo Antunes (2015, p. 10), “A maioria das escolas do estado não apresenta um Projeto Político Pedagógico próprio e diferenciado, exceto duas escolas, a escola indígena Wherá Tupã PotyDjá, em Biguaçu, e a escola indígena Itaty, em Palhoça.”

Embora acreditando que as escolas indígenas deveriam ser mais um lugar de fortalecimento da cultura guarani, Sandra Benitez (2015, p. 28) afirma que “São, no entanto, um lugar de opressão, silenciamento da nossa língua, dos nossos saberes, do nosso jeito

de ser.” Tal realidade foi denunciada ainda no ano de 2007, na Carta da Comissão Continental dos Professores Guarani³, na qual informam sobre a sua educação baseada em valores e ensinamentos ancestrais, transmitidos na casa de reza, para defender seu modo de educar e de viver.

Esta educação tradicional continua sendo feita em nossas aldeias, mas hoje convive com a existência de escolas e muitas dessas escolas não respeitam nosso jeito de ser e de ensinar as crianças, querem que os professores ensinem as nossas crianças do mesmo jeito que fazem os não indígenas. Apesar de termos conquistado leis que garantem a implantação de escolas diferenciadas em nossas aldeias, com nossas próprias pedagogias, em nossa própria língua, sabemos que em alguns países e estados os governos não assumem o compromisso político de desenvolver uma educação escolar diferenciada, fazendo com que a escola se torne uma coisa contraditória em relação ao nosso sistema. Nos posicionamos em defesa da nossa educação tradicional! (ASIE, 2018, p.161).

Para Paulo Freire (1975, p. 92), “a existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras com que os homens transformam o mundo.” Não mais silenciosos, os Guarani tomaram a palavra, que historicamente pertenceu ao colonizador, para dizer de que forma concebem a escola e assim transformá-la. Tem ocorrido de, muitas vezes, os indígenas tomarem a palavra, expressando suas necessidades e clamando por direitos e por respeito, mas raramente são ouvidos. Felizmente, o contexto em Santa Catarina, durante aqueles anos de implantação das primeiras escolas nas aldeias Guarani, foi um pouco diverso.

Com ouvidos sensíveis e atentos ao que clamavam os educadores guarani, alguns professores, indigenistas e pesquisadores se uniram aos indígenas para pensar de que forma poderiam superar as dificuldades que a educação escolar revelava. Nesse contexto, foram dados os primeiros passos para a concretização de dois projetos: a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (LII – UFSC) e a Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE – SC), que serão brevemente relatadas no tópico que segue.

³ Realizada no dia 03 de abril de 2018, no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

A Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica e a Ação Saberes Indígenas na Escola: formar para afirmar existências

Diferente do atual cenário político do país, cujos representantes acusam e ameaçam indígenas e indigenistas, na primeira década do novo milênio, ferviam ações e políticas públicas que incentivavam o respeito às diferenças e às relações interculturais. Era um momento fértil para a construção de projetos que viessem ao encontro do Outro, reconhecido agora em suas particularidades. Alguns profissionais, que haviam cultivado um olhar para os povos indígenas, com reconhecimento da riqueza de suas vidas e culturas, contribuíram para a formulação de projetos que buscavam fazer com que a educação escolar indígena atendesse aos anseios das comunidades.

Assim, duas iniciativas objetivaram tornar o ambiente escolar o mais próximo possível das realidades das aldeias, formando educadores indígenas capazes de construir a escola com que sonhavam. A primeira iniciativa é relacionada à educação superior indígena e ocorreu no ano de 2006, quando foi criado o Grupo de Trabalho Educação Superior Indígena (GT) na UFSC, formado por representantes de diversas instituições que resultou na criação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina. Não cabe aqui detalhar o histórico, mas importa informar que a equipe que formava o GT:

Já somava experiência e atuação no que tange cursos de formação de professores indígenas, em nível de magistério, línguas, produção de material didático específico, cultura material, educação de jovens e adultos indígenas, memória e tradição oral, elaboração de projetos de manutenção e revitalização de práticas culturais, direito fundiários e territoriais, territorialidade, projetos de sustentabilidade, educação ambiental, estudos de impacto socioambiental, saúde indígena, entre outros aspectos relevantes aos povos indígenas.

Tratavam-se de pessoas comprometidas que, junto com os indígenas, elaboravam projetos que viabilizassem conquistas por eles almejadas como reparação de direitos. A primeira turma da Licenciatura Indígena se constituiu em 2011, como projeto experimental⁴, com a oferta de 120 vagas, preenchidas na sua totalidade. No ano de 2016,

⁴ Na introdução do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Licenciatura Intercultural Indígena da UFSC.

houve outro vestibular, por meio do qual ingressaram 45 estudantes, tendo sido ofertadas 15 vagas para cada uma das três etnias indígenas no estado: Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng. Neste curso, oferecendo duas terminalidades: Licenciatura do Conhecimento Ambiental e Licenciatura em Artes e Linguagens, o objetivo principal, de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico, é:

Formar educadores indígenas que estejam aptos a desenvolver atividades nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio de escolas indígenas, mas que concomitantemente desenvolvam ações para além da esfera escolar, atuando em projetos, pesquisas e atividades ligadas diretamente às suas comunidades (UFSC, 2015, p.15).

O curso adota a pedagogia da alternância, que prevê o desenvolvimento de atividades em períodos divididos entre tempo universidade e tempo comunidade. Isso permite que os processos educativos ocorram de forma alternada: na universidade e nas comunidades onde se encontram as escolas indígenas, possibilitando uma melhor interação entre estudos acadêmicos e práticas educativas tradicionais. Os acadêmicos Guarani produziram e aplicaram os projetos de estágio em suas comunidades. Parte desses estudantes contaram com o material e com a experiência adquirida na Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE – SC).

Importante falar sobre a Ação Saberes Indígenas na Escola, pois é um projeto que valoriza as especificidades de cada uma das três etnias de Santa Catarina, com o intuito de oferecer formação continuada aos professores da educação escolar indígena. A ASIE foi uma iniciativa do Ministério da Educação⁵, por meio da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, em parceria com instituições de ensino superior, secretarias de educação dos estados e prefeituras municipais. São objetivos da ASIE (2018, p.18)⁶:

Oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades da organização comunitária, do multilinguismo e da interculturalidade que fundamentam os projetos educativos nas comunidades indígenas; oferecer subsídios à elaboração de currículos, definição de metodologias e processos de avaliação que atendam às especificidades dos processos de letramento, nu-

⁵ Carta escrita durante a II Assembleia Continental do Povo Guarani, realizada em Porto Alegre/ RS, no período de 11 a 14 de abril de 2007.

⁶ Financiado pelo PROLIND/SECAD/MEC, UFSC e parcerias.

meramento e conhecimentos dos povos indígenas; fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas línguas, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e de acordo com as especificidades da educação escolar indígena.

A ASIE – SC prima por garantir a autonomia das escolas indígenas por meio de pedagogias nativas que consideram a forma de transmissão do conhecimento de cada povo. Em comum, a sabedoria dos anciões e anciãs são fundamentais para as três etnias. Por isso, a construção das atividades didático-pedagógicas leva em consideração a voz e a forma de ensinar dos mais velhos, que são norteadoras para os mais jovens. As atividades com os Guarani resultaram em um rico material didático em forma de cartilhas, e também no livro “*Tape Mbaraete Anhetengua: fortalecendo o caminho verdadeiro*”, que trata de vivências dos professores cursistas guarani “orientados pelas belas palavras e ricas experiências dos anciões, os *xeramõi* e *xejaryi* que, com carinho e atenção, acompanharam e conduziram essas pesquisas” (ASIE, 2018, p. 18), informa um trecho do livro que os reconhece como protagonistas. Esse material é pioneiro e vem ao encontro dos anseios dos professores Guarani por livros que valorizem a educação indígena.

O estágio docência e os desafios de uma educação intercultural

Preservar a educação indígena na escola fica, especialmente, mais difícil à medida que os alunos ingressam nos anos finais do ensino fundamental, também chamado fundamental II. Esse período abrange do sexto ao nono anos e pressupõe maior autonomia dos estudantes que, na grande maioria, estão experienciando sua puberdade. Do ponto de vista de seu desenvolvimento, os estudantes estão vivenciando um turbilhão de mudanças físicas, emocionais e cognitivas.

Por outro lado, nessa etapa escolar, costumeiramente, o ensino é ofertado de forma fracionada, excessivamente dividido em componentes curriculares, desenvolvidos por diferentes professores (que por sua vez, tiveram formação igualmente fragmentada), em aulas de 45 a 50 minutos cada, e com conteúdos, na maioria das vezes, muito distantes dos interesses e das circunstâncias vividas pelos alunos. Conteúdos esses que se tornam alheios, abstratos e pouco relevantes a tal contexto.

Além disso, esse *modus operandi* característico da racionalidade escolar é bastante diverso do cotidiano comunitário das aldeias indígenas. Cientes dessa realidade, os

docentes da disciplina Estágio da Licenciatura Intercultural Indígena, com a intenção de interligar saberes tradicionais e áreas de ensino, propuseram aos acadêmicos a elaboração de projetos interdisciplinares que valorizassem conhecimentos, língua e cultura indígena e, ao mesmo tempo, contemplassem outros conhecimentos pertinentes ao viver indígena.

Dessa forma, os alunos foram incentivados a ser criativos quanto a escolha de um tema que valorizasse a própria cultura para a elaboração de um projeto interdisciplinar a ser aplicado durante o período de uma semana (em cinco dias consecutivos). Dentre os temas escolhidos estavam: o milho sagrado (*avaxi ete'i*); a agricultura guarani; as ervas sagradas; as ervas medicinais; as aves do território; o batismo guarani (*nhemongarai*); o despertar guarani (*nhandereko*); o grafismo guarani; o uso da tecnologia; entre outros.

Os primeiros desafios emergiram ainda durante a formulação dos projetos: o dever de escolher um tema com possibilidades pedagógicas criativas. Os primeiros esboços começavam a ser escritos e, pelo diálogo, os projetos foram ganhando forma. À medida que cada discente definia sua temática, chegava a hora de construir planos de aulas interdisciplinares. De modo geral, os projetos cresciam em direção aos elementos da própria cultura, mas havia a clara dificuldade de adequar o conteúdo à faixa etária dos alunos dos anos finais do ensino fundamental. Além disso, parca era a oferta de materiais didáticos em língua materna, que correspondessem às atividades propostas nos planos. Assim, o material utilizado, como textos e vídeos, foi prevalentemente em português, como informa um acadêmico sobre dificuldades encontradas durante o seu estágio:

Quanto a materiais didáticos e/ou pedagógicos como: livros, jogos, vídeos, cds com músicas guaranis têm muito pouco, quase nada. A escola é muito pobre. Sentimos a falta de material na língua materna para trabalhar na escola com os alunos. Os materiais existentes são para escolas não indígenas, para trabalhar com esses materiais didáticos é muito difícil, pois só falam de coisas que não são encontradas nas aldeias e os professores têm que adaptar tudo, pois as crianças guaranis não entendem o português. Em suas casas só falam a língua materna.

Por meio desse relato, é possível concluir o quanto a inserção da escola nas aldeias guarani implicou construções físicas, mas não ofereceu ao educador materiais didáticos condizentes com aspectos da própria cultura, como a língua materna. Outro ponto relevante, durante o estágio, foi a dificuldade dos acadêmicos de ampliar as temáticas para

além da própria cultura, no intuito de formar alunos críticos. Um exemplo de como a ampliação da temática foi bem-sucedida é o de um projeto sobre agricultura tradicional guarani, conforme esse depoimento:

Seguimos discutindo sobre alimentação saudável, sobre alimentos industrializados. Em outro momento, assistimos a um vídeo sobre o uso de agrotóxicos pelas empresas, e que são responsáveis pela produção de alimentos, também por trabalhar em áreas grandes de plantações na produção de alimentos que compramos nos mercados públicos e consumimos nos dias atuais. E que tudo isso, muitas vezes, traz grandes problemas na saúde pública e nas comunidades indígenas no Brasil.

O documentário apresentado pela estagiária durante a aula impressionou os alunos porque os informou da quantidade de açúcar, sal e gorduras contidos nos alimentos industrializados. Ao comparar a sua alimentação com a do não indígena, eles passaram a valorizar ainda mais a alimentação tradicional como um cuidado ao próprio corpo. Outro exemplo, é o da escolha do tema tecnologia por um dos acadêmicos. Quando se fala em tecnologia e povos indígenas, erroneamente, muitos têm a impressão de que são coisas que não se relacionam. Justamente, por isso, ele defendeu a escolha do tema explicando para os alunos como a tecnologia os ajuda a preservar a própria cultura, conforme relata:

Começamos a notar como os jovens de hoje usavam e se sabiam usar para algo útil para a nossa aldeia por exemplo o celular. Muitos falaram que o celular servia para entrar em redes sociais e jogar. Eu falei que podíamos usar como uma ferramenta útil para resolver nossos problemas. Daí, dei exemplos como as páginas que podemos criar para nos manifestar e mostrar que não somos como os brancos nos julgam. Depois, expliquei que podemos usar as tecnologias atuais para a nossa resistência e também para manter a cultura.

O acadêmico exibiu vídeos produzidos por indígenas que apresentavam práticas relacionadas à própria cultura e constatou que os alunos perceberam o quanto a tecnologia poderia ser uma aliada para registrar e preservar características do povo. Muitos estagiários também relataram o quanto trabalhar elementos da própria cultura atraiu a atenção dos alunos:

Observei que os alunos gostaram dessa semana de aula voltada à nossa cultura, as crianças gostaram de pesquisar coisas de nossa cultura, faziam isso com muito gosto. Também me perguntaram de onde eu tirei tantas coisas bonitas para ensinar, se tirei dos livros? Eu respondi que meus pais me contaram essas histórias, então eles me perguntaram se a xejaryi tinha escrito ou feito livros tão bonitos? Então, falei para eles que essas histórias estão guardadas na cabeça da xejaryi e do xeramoi, e que foram os avós deles que contaram para eles e, assim, foi passando de mãe para os filhos por muito tempo até chegar em nós. Mas me perguntaram quem foi que contou as histórias por primeiro. Eu falei que foi nhanderu que contou primeiro, por isso que as histórias lendas, comidas e remédios nunca ficam velhas e sempre ficam bonitas.

Com esse depoimento, é possível notar o quanto a educação indígena na escola pode sensibilizar os alunos, que passam a se reconhecer nas atividades didáticas propostas. Os exemplos aqui trazidos apontam que a educação escolar indígena deve ser aprimorada para, efetivamente, alcançar a interculturalidade. Animador é o fato de que os professores indígenas começam a construir a escola que desejam adotando métodos próprios de ensino e aprendizagem. Conforme relata um acadêmico: “Com novos educadores se formando no magistério indígena e também na universidade, reforça a luta para tornar específica a educação escolar indígena”. Ele afirma ainda que “assim, a cultura guarani vai se fortalecendo através também da educação escolar, mas com uma visão nossa: uma visão indígena”.

Para concluir

Não resta dúvida de que a interculturalidade é um desafio, ainda mais no ambiente escolar. Os modelos de educação indígenas e não indígenas se completam, mas também se contrastam. Reinaldo Matias Fleuri (2003) afirma que o trabalho intercultural é voltado a superar a atitude de medo, a superar a indiferente tolerância ante o “outro” e a construir disponibilidade para a leitura positiva da pluralidade social e cultural. Assim, “trata-se, na realidade, de um novo ponto de vista baseado no respeito à diferença, que se concretiza no reconhecimento de paridade de direitos” (FLEURI, 2003, p. 17).

Direito à educação todos os brasileiros têm, conforme reza a Constituição Federal em seu artigo 205. Mas a qual educação? No reconhecimento da paridade de direitos que pressupõe a interculturalidade, a educação tradicional dos povos indígenas teria

lugar. Contudo, o modelo de educação que prevalece é o da educação escolar. O artigo constitucional citado também confere ao Estado e à família o dever de educar. O Estado deveria cumprir com sua missão e o faz mediante pressão da sociedade civil, embora utilizando formas e conteúdos, majoritariamente, etnocêntricos.

Assim, o Estado oferece educação aos povos indígenas por intermédio de estruturas físicas e curriculares limitantes, que ignoram a riqueza da diversidade e da educação tradicional: uma forma de educar não fracionada, entremeada ao modo de vida. Uma educação para a vida. Os sábios guarani temiam que a educação escolar interferisse profundamente nos aspectos culturais mais sagrados para o povo, como aconteceu com inúmeros outros povos nativos. Por isso, houve forte resistência à inserção da escola em suas comunidades. Por outro lado, acabaram por aceitá-la como estratégia: para aprender a cultura do não indígena e, assim, melhor defender seus modos de ser e viver.

As escolas, então, passaram a fazer parte do cotidiano guarani. Contudo, é de praxe o Estado cumprir seu dever de fornecer educação parcialmente. Em grande parte das aldeias guarani do Estado de Santa Catarina, as escolas indígenas atendem a partir da educação infantil até os anos finais do ensino fundamental, não oferecendo o ensino médio. Em algumas delas, é oferecido apenas na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesse caso, os alunos precisam esperar alguns anos, após completar o ensino fundamental, até alcançarem a maioridade, pois somente a partir dos 18 anos, eles se tornam aptos a frequentar a EJA. Esse é um dado agravante para continuidade dos estudos nas aldeias guarani.

Por sua vez, os educadores seguem na luta, tanto pela ampliação da oferta dos vários níveis de ensino, quanto pela consideração de elementos da sua cultura. O esforço de valorizar a própria educação foi expresso nos projetos e práticas dos estágios docência dos acadêmicos da Licenciatura Intercultural Indígena. Todos os temas escolhidos para os projetos foram fortemente ligados ao modo de ser guarani, fortalecendo aspectos da própria educação. Os estágios também revelaram o exercício de uma educação intercultural, de acordo com o relato de um dos acadêmicos:

Durante o meu estágio me senti feliz porque os alunos pareciam tão contentes com o que estava acontecendo. Estavam aprendendo sobre a sua cultura. Gostaram muito de fazer os artesanatos e me pediram se poderia continuar sempre assim, pois a aula seria muito melhor. Tive oportunidade de passar um pouco de meus conhecimentos e me sentir realizado e corajoso.

O sentimento de felicidade e capacidade é revelador do quanto a interculturalidade foi alcançada. Certo é que materiais adequados facilitariam as práticas, pois como relata um estudante: “depois do meu tempo de estágio pensei que seria muito bom se os nossos governos possibilitassem a criação de livros diferenciados para nossas escolas. O ganho educacional para os alunos seria maior e para o professor seria bem mais fácil trabalhar”.

Enfim, durante a socialização de seus estágios e da reflexão gerada por essa experiência, os acadêmicos chegaram a uma preocupação que perpassa cada um deles: o quê de fato querem com a escola? Esse pensamento também revela uma inquietação das lideranças guarani quanto ao papel dessa instituição. Não cabe, aqui, uma resposta, mas sim um incentivo a essa reflexão.

Referências

- ANTUNES, Eunice. **Nhandereko nhandembo'e nhembo' ea py**. Sistema nacional de educação: um paradoxo do currículo diferenciado das escolas indígenas guarani da Grande Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2015.
- ASIE – Ação Saberes Indígenas na Escola. **Tape Mbaraete Anhetengua**: fortalecendo o caminho verdadeiro. Florianópolis: Governo Federal, 2018.
- BANIWA, Gérsem. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Série Vias dos Saberes nº 1. Brasília: Governo Federal, 2006.
- BENITES, Sandra. **Nhe'ẽ, reko porã rã: nhemboea oexakarẽ**. Fundamento da pessoa guarani, nosso bem-estar futuro (educação tradicional): o olhar distorcido da escola. Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2015.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CTI – Centro de Trabalho Indigenista. **Guata Porã**: belo caminhar. São Paulo: Governo Federal, 2015.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Rev. Bras. Educ.** n° 23 Rio de Janeiro May/Aug. 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MELIÀ, Bartomeu. Educação indígena na escola. **Cadernos Cedes**, ano XIX, n° 49, Dezembro, 1999.

_____. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

MUNDURUKU, Daniel. **A milenar arte de educar dos povos indígenas**. Disponível em: <http://www.contioutra.com/a-milenar-arte-de-educar-dos-povos-indigenas/> 15/09/2009. Acesso em: 10 de mar. 2018.

UFSC – **Projeto Político Pedagógico do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica** (Guarani, Kaingang e Laklãno – Xokleng). Florianópolis/SC, 2015.

NOTAS VERIFICAR

[5] O Ministério de Estado da Educação institui a Ação Saberes Indígenas na Escola através da Portaria n° 1.061, de 30 de outubro de 2013.

[6] Disponível em <http://saberesindigenas.ufsc.br>